Direcção Geral das Alfândegas

2.ª Repartição

2.ª Secção

Portaria n.º 7:268

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro das Finanças, ouvida a Direcção Geral das Alfândegas, que seja criado um posto fiscal na povoação de Fafião, que se denominará Posto Fiscal de Fafião e ficará fazendo parte da secção do Gerez, da 4.ª companhia do batalhão n.º 3 da guarda fiscal.

Paços do Governo da República, 14 de Janeiro de 1932.—O Ministro das Finanças, *António de Oliveira Salazar*.

MINISTÉRIO DAS COLÓNIAS

Direcção Geral das Colónias do Oriente

1.ª Repartição

3.ª Secção

Decreto n.º 20:786

Atendendo ao que requereu a sociedade anónima suíça Zembe Plantagen Aktiengesellschaft, que também usa as denominações de Zembe Plantations Société Anonyme e Zembe Plantations, Limited, pedindo a aprovação dos seus estatutos para o efeito de exercer a sua actividade nas colónias portuguesas, designadamente na colónia de Moçambique;

Usando da faculdade que me confere o n.º 2.º do artigo 2.º do decreto n.º 12:740, de 26 de Novembro de 1926, por força do disposto no artigo 1.º do decreto n.º 15:331, de 9 de Abril de 1928, sob proposta do Ministro das Colónias:

Hei por bem decretar:

Artigo 1.º São aprovados os estatutos da sociedade anónima suíça Zembe Plantagen Aktiengesellschaft, que também usa as denominações Zembe Plantations Société Anonyme e Zembe Plantations, Limited.

Art. 2.º A aprovação dos referidos estatutos, cuja tradução, feita no Consulado de Portugal em Zurich, baixa assinada pelo Ministro das Colónias, é feita nos termos e para os efeitos do artigo 2.º e seu § único do decreto de 23 de Dezembro de 1899, devendo a mencionada sociedade anónima suíça subordinar-se ao seguinte:

a) Fica sujeita às disposições dos artigos 111.º e 112.º do Código Comercial e às demais que lhe forem applicáveis;

b) Não poderá aumentar ou reduzir o capital social ou alterar os estatutos sem prévia autorização do Governo Português;

c) Só poderá adquirir bens imobiliários para os seus fins sociais e nos termos da legislação applicável às sociedades anónimas nacionais;

d) Fica sujeita às disposições do Acto Colonial de 8 de Julho de 1930, nomeadamente às que se referem a concessões de terrenos;

e) Fica sujeita, em tudo e por tudo, às leis e tribunais portugueses, com desistência de qualquer outro fóro.

Art. 3.º Fica revogada a legislação em contrário.

O Ministro das Colónias assim o tenha entendido e faça executar.

Para ser publicado no «Boletim Oficial» da colónia de Moçambique.

Paços do Governo da República, 19 de Janeiro de 1932.—ANTÓNIO ÓSCAR DE FRAGOSO CARMONA—*Armando Rodrigues Monteiro*.

ESTATUTOS

I—Firma, objecto, duração e sede da sociedade

§ 1.º

Com o nome da firma Zembe Plantagen Aktiengesellschaft, Chur, Zembe Plantations Société Anonyme, Coire, Zembe Plantations, Limited, Coire, existe uma sociedade anónima, com sede em Coire, conforme as leis suíças.

A sociedade está autorizada, segundo a maioria de votos na assemblea geral, a mudar a sua sede para qualquer outro sítio dentro da Suíça.

A sociedade está autorizada, segundo a resolução do conselho de administração, a estabelecer sucursais no País e no estrangeiro.

§ 2.º

A sociedade tem por fim a compra de terrenos para plantações para obter fibras dos agaves e o comércio com estas fibras (sumaúma).

A sociedade está autorizada a estender o comércio para outras empresas de plantações e produtos tropicais e a participar em negócios semelhantes. Ela está autorizada a fazer as transacções financeiras que são próprias a adiantar o objecto da sociedade.

§ 3.º

A duração da sociedade é ilimitada.

II—Capital da sociedade

§ 4.º

O capital das acções da sociedade é de frs. 2:000.000, dividido em 2:000 acções de frs. 1:000 cada uma de valor nominal. As acções podem ser juntas em certificados de 10, 20 e 50 acções.

Na fundação devem ser pagos sobre cada acção 35 por cento, no sítio que será indicado na Suíça, pela comissão dos fundadores, e pela circular que invita para a assemblea geral constituinte.

O conselho de administração está autorizado a pedir, segundo a necessidade, o capital ainda devido sobre as acções; o sítio para o pagamento será indicado pelo conselho de administração.

No caso de as acções não serem inteiramente pagas, fazem-se certificados de garantia.

§ 5.º

Os accionistas que estão em atraso com os pagamentos ulteriores devem pagar 6 por cento de juros, para a demora e ainda mais podem ser declarados com perda do direito de assinar para as acções e da parte já paga, esta em favor da sociedade, se no prazo de pagamento fixado pelo conselho de administração não estiver satisfeito. O conselho de administração está autorizado a emitir novas acções para as acções saídas.

§ 6.º

As acções são com a nominação dos proprietários. Elas não são divisíveis e a sociedade para cada acção só reconhece um proprietário. Cada documento de acção deve trazer a assinatura de dois membros do conselho de administração.

Pela propriedade de acções conclue-se o reconhecimento dos estatutos.

Os nomes e endereços dos accionistas devem ser inscritos no livro das acções. As cedências são válidas no caso de elas terem sido notadas no livro de acções. O proprietário deve mostrar a acção juntamente com a declaração de cedência ao conselho de administração.

A cedência deve ser confirmada na acção por dois membros do conselho de administração pelas assinaturas.

O conselho de administração está autorizado à cedência de acções a novos proprietários, mesmo sem mencionar as razões.

A sociedade está autorizada a repagar acções com o objecto da amortização.

III — Organização]

§ 7.º

Os órgãos da sociedade são:

A — A assemblea geral;

B — O conselho de administração;

C — Os revisores das contas.

A — Assembleia geral

§ 8.º

A assemblea geral dos accionistas da sociedade é o órgão mais alto da sociedade; os seus estatutos e disposições legais têm força legal para todos os accionistas.

A assemblea geral regular deve ser chamada cada ano pelo conselho de administração e no prazo de seis meses do fim do ano de acção. Ela deve decidir sobre o balanço e sobre o emprêgo do resultado.

A convocação para as assembleas gerais deve ser enviada, pelo menos, catorze dias adiantados, por carta registada, aos accionistas, indicando também os assuntos para tratar.

O balanço, a conta de ganhos e perdas, como também o relatório do conselho de administração e dos revisores, devem ser enviados o mais tarde oito dias antes da assemblea geral regular para a verificação pelos accionistas.

§ 9.º

As assembleas gerais extraordinárias são convocadas:

a) Com decisão do conselho de administração;

b) Sobre o pedido escrito e indicando o objecto dos accionistas cuja propriedade de acções representa, pelo menos, a décima parte do capital das acções (lei suíça O. R. 645);

c) Sobre pedido dos revisores das contas;

d) Com decisão da assemblea geral.

§ 10.º

Cada accionista pode fazer-se representar na assemblea geral por um outro accionista que deve apresentar uma autorização por escrito.

§ 11.º

A assemblea geral é dirigida pelo presidente do conselho de administração e, no caso de impedimento, pelo vice-presidente. O escrivão do conselho de administração trata do protocolo.

Cada acção tem um voto; nenhum accionista pode reunir mais da quinta parte de todos os direitos de voto.

§ 12.º

A assemblea geral toma as suas decisões e faz a votação com a maioria absoluta dos votos por acções representadas e no caso que não haja leis ou estatutos para objectos especiais.

Votos e actos eleitorais podem, no caso que não seja pedida a votação secreta, também ser feitos em aberto.

No caso de se tratar da mudança dos estatutos ou da dissolução da sociedade ou da fusão com uma outra sociedade, para a validade da legítima decisão é preciso a presença de dois terços das acções emitidas. Se uma assemblea geral determinada pela primeira vez não resolve, deve decidir uma nova assemblea geral que deve ser chamada imediatamente e sem tomar conta do número de votos por acções representadas; uma decisão legítima nesta segunda assemblea geral só será considerada como válida no caso de dois terços das acções darem o seu voto para a referida decisão.

§ 13.º

A assemblea geral tem as seguintes competências:

a) Eleição do conselho de administração;

b) Eleição dos revisores;

c) Verificação do protocolo e aceitação da conta anual sobre o pedido dos revisores;

d) Fixação dos dividendos;

e) Decisão sobre propostas do conselho de administração;

f) Mudança dos estatutos e decisões referentes à dissolução da sociedade; fusão.

g) Aumento ou diminuição do capital de acções;

h) Contrair empréstimos contra obrigações.

B — Conselho de administração

§ 14.º

A primeira direcção da sociedade é confiada a um conselho de administração de quatro até sete membros que é eleito na assemblea geral para o prazo de três anos.

Todos os três anos fazem-se novas eleições. Reeleições são permitidas.

Nas votações de substituição entram os votados no período dos seus predecessores.

O período de função do conselho de administração eleito pela primeira vez na assemblea geral constituinte é de seis anos.

§ 15.º

O conselho de administração tem todas as competências que não são impedidas pelas leis e estatutos da assemblea geral.

Está autorizado a nomear para a direcção especial da sociedade uma comissão, a chamar um ou mais delegados ou a estabelecer uma direcção e a fixar as competências destes órgãos; também combina os seus honorários.

O conselho de administração designa as referidas pessoas no seu meio ou de fora que estão autorizadas a assinar legalmente pela sociedade; também designa a maneira de firmar.

§ 16.º

Cada membro do conselho de administração deve depositar dez acções num lugar que será indicado pelo conselho de administração e não pode durante as suas funções dispor delas até que tem obtido a liberação pela assemblea geral.

§ 17.º

O conselho de administração faz a votação para o presidente e vice-presidente no seu meio, como também do registador do protocolo, que não precisa ser accionista.

§ 18.º

O conselho de administração terá reuniões feitas por convite do presidente e segundo a necessidade.

Para as decisões válidas é preciso a presença da maioria dos membros. O presidente também tem o seu voto e no caso de igualdade de votos terá o voto para a solução.

Decisões também podem ser obtidas por meio de cartas-circulares.

C — Revisores das contas

§ 19.º

A assemblea geral decide sobre a proposta do conselho de administração, a composição e o tempo de função do serviço da revisão e vota os revisores.

O serviço da revisão também pode ser feito por uma sociedade fiduciária ou de revisão.

O serviço da revisão tem que se submeter às leis e deveres que podem ser estendidos com a decisão da assemblea geral.

IV — Publicações

§ 20.º

Todas as informações aos accionistas são dadas por cartas registadas e, no caso de ser prescrito legalmente, por meio da *Fôlha Oficial Suíça do Comércio*.

V — Conta anual e distribuição dos lucros

§ 21.º

As contas da sociedade são fechadas, cada ano, no dia 31 de Agosto, pela primeira vez em 31 de Agosto de 1931.

O balanço deve figurar com bases sólidas e comerciais, observando as disposições do S. O. R. (lei suíça).

§ 22.º

Feita a dedução de todas as despesas, reduções no inventário e dos lucros convencionais, será utilizado o lucro como segue:

a) Em primeiro lugar serão pagos 5 por cento para o fundo de reserva até que elle tenha obtido 20 por cento do capital das acções;

b) Do resto que fica obtêm os accionistas um dividendo regular de 6 por cento;

c) Do saldo recebe o conselho de administração uma *tantième* de 15 por cento;

d) O resto fica à disposição da assemblea geral para o pagamento de um super-dividendo e para fazer reduções e reservas.

§ 23.º

O fundo de reserva representa dinheiro que trabalha e o qual não dá juros.

VI — Liquidação

§ 24.º

No caso de liquidação da sociedade, esta deve ser feita pelo conselho de administração que está em serviço, no caso de não serem nomeados outros liquidadores pela assemblea geral.

As competências da assemblea geral estão em vigor durante a liquidação. Os liquidadores estão autorizados a vender propriedades como bem parecer.

§ 25.º

Depois de se ter satisfeito todos os passivos, será dividido o resto da liquidação proporcionalmente às acções.

Paços do Governo da República, 19 de Janeiro de 1932.—O Ministro das Colónias, *Armindo Rodrigues Monteiro*.

MINISTÉRIO DA INSTRUÇÃO PÚBLICA

Direcção Geral do Ensino Superior
e das Belas Artes

Decreto n.º 20:787

Sendo necessário esclarecer as dúvidas que se têm levantado na aplicação do decreto n.º 20:258, de 31 de Agosto de 1931, publicado no *Diário do Governo* de 16 de Dezembro último, quanto à acumulação de regências de cadeiras teóricas ou de trabalhos práticos por professores de cadeiras anexas das Faculdades de Ciências e Letras, bem como por professores práticos de línguas das Faculdades de Letras;

Atendendo a que estes professores, pela sua especialização, não podem deixar de acumular várias cadeiras previstas nas respectivas organizações das Faculdades vista a impossibilidade de serem confiadas a professores catedráticos, sendo por isso justo que o façam nas mesmas condições em que estes têm regências acumuladas;

Atendendo ainda à conveniência pedagógica de se permitirem acumulações nos desdobramentos em turmas pelos professores da respectiva cadeira, sem que tal signifique infracção dos limites estabelecidos nos §§ 2.º e 5.º do Estatuto Universitário e do artigo 8.º do decreto n.º 20:258;

Usando da faculdade que me confere o n.º 2.º do artigo 2.º do decreto n.º 12:740, de 26 de Novembro de 1926, por força do disposto no artigo 1.º do decreto n.º 15:331, de 9 de Abril de 1928, sob proposta dos Ministros de todas as Repartições:

Hei por bem decretar, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º Os professores de cadeiras anexas das Faculdades de Ciências e Letras, bem como os professores práticos de línguas das Faculdades de Letras, têm direito às gratificações por acumulação de regência de cursos teóricos ou de trabalhos práticos fixadas para os professores catedráticos pelo decreto n.º 20:258, quando lhes seja confiada a regência de cadeiras ou cursos além daqueles em que prestam o seu serviço ordinário.

Art. 2.º As acumulações nos desdobramentos em turmas pelo professor da respectiva cadeira não são abrangidas pela limitação estabelecida nos §§ 2.º e 5.º do decreto n.º 18:717, de 27 de Julho de 1930, e no artigo 8.º do decreto n.º 20:258, de 31 de Agosto de 1931.

Art. 3.º Fica revogada a legislação em contrário.

Determina-se portanto a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução do presente decreto com força de lei pertencer o cumpram e façam cumprir e guardar tam inteiramente como nelle se contém.

Os Ministros de todas as Repartições o façam imprimir, publicar e correr. Dado nos Paços do Governo da República, em 19 de Janeiro de 1932.—ANTÓNIO ÓSCAR DE FRAGOSO CARMONA — *Domingos Augusto Alves da Costa Oliveira* — *Mário Pais de Sousa* — *José de Almeida Eusébio* — *António de Oliveira Salazar* — *António Lopes Mateus* — *Luiz António de Magalhães Correia* — *Fernando Augusto Branco* — *João Antunes Guimarães* — *Armindo Rodrigues Monteiro* — *Gustavo Cordeiro Ramos* — *Henrique Linhares de Lima*.